

**2. CONSTRUÇÃO DE EXTENSÃO DE CENTRO DE SAÚDE SEQUEIRA/CABREIROS – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P. / EQUIPA DE PROJETO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS:**

Submete-se para aprovação do Executivo Municipal, o pedido de deferimento da operação urbanística, nos termos artº. 75º., nº. 3, alínea d) do Regulamento do PDM, conforme documentação em anexo.

À m. do Excmo. 210526

Processo n.º2699/2020

Registo E/16735/2021

**Requerente:** Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. / Equipa de Projeto de Instalações e Equipamentos dos Cuidados de Saúde Primários

**Local:** Avenida de Sequeira (E.N. 103) – Sequeira

**Assunto:** Construção de *Extensão de Centro de Saúde Sequeira / Cabreiros*

Resposta ao ofício n/ ref.º6873/2021 de 17.03.2021

**Técnico responsável:**

**Informação:** 28182

**Data:** 30/04/2021

### 1. Caracterização do pedido

**1.1.** Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. / Equipa de Projeto de Instalações e Equipamentos dos Cuidados de Saúde Primários, vem, através de requerimento submetido online em 14.04.2021, registado sob o E/16735/2021, apresentar documentação que visa dar resposta ao teor da informação 17813 de 16.03.2021, para efeitos do disposto no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, na sequência da intenção de indeferir o pedido apresentado em 28.01.2021 registado sob o E/4449/2021.

**1.2.** A operação urbanística enquadrada no regime de licença administrativa de acordo com o artigo 4.º, n.º2, alínea c) do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação visa a legalização de edifício destinado a *Extensão de Centro de Saúde de Sequeira / Cabreiros*, com as valências de *Saúde Familiar e Materno Infantil* na sequência de demolição da Escola Básica EB1 de Trás-O-Rio, em terreno descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial sob o n.º1375/20120515 e inscrito na matriz urbana n.º683, com a área de 1.300,00m<sup>2</sup>, a favor do requerente sendo o município o sujeito passivo.

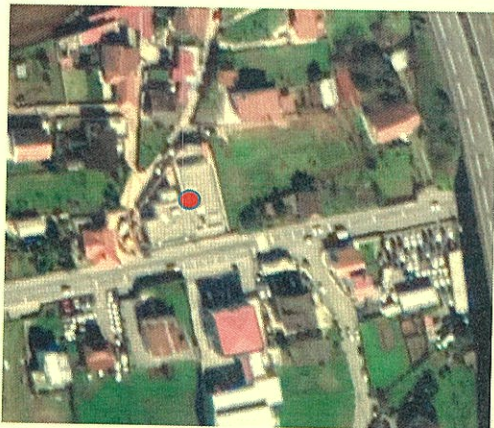


Imagem de satélite – Google Earth Pro – 19.02.2020

Praça Conde de Agrolongo 4704 - 514 Braga  
Balcão Único Municipal



Extrato da planta de localização – Com mancha da antiga escola

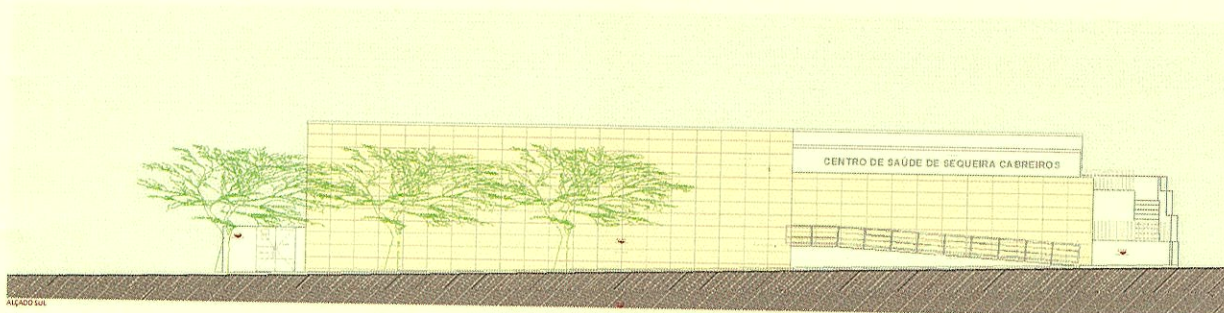
Tel. 253 616 060

www.cm-braga.pt - e-mail : [municipe@cm-braga.pt](mailto:municipe@cm-braga.pt)  
[balcaounico.cm-braga.pt](mailto:balcaounico.cm-braga.pt)  
Página 1 de 9





Fotografias anexas ao processo em 13.10.2020



Extrato do projeto – Alçado Sul

**1.3.** Uma vez que se trata de uma obra promovida pelo estado relativa a um equipamento destinado à instalação de um serviço público e afeto ao uso direto e imediato do público, **a operação urbanística está isenta de controlo prévio por se enquadrar no artigo 7.º, n.º1, alínea b) do RJUE**, ficando no entanto sujeita a parecer prévio não vinculativo da câmara municipal, que deve ser emitido no prazo de 20 dias a contar da data de receção do pedido de acordo com o disposto no n.º2 do referido artigo.

**1.4.** Em 13.10.2020, no registo E/45709/2020, já foram apresentados os correspondentes projetos das especialidades.

**1.5.** Através de requerimento registado em 14.10.2020 sob o E/46119/2020 e posterior requerimento apresentado em 29.01.2021 registado sob o E/4631/2021, foi solicitada a isenção da taxa de entrada dos pedidos e de todas as taxas e outras receitas municipais, por se tratar de operação urbanística promovida pela Administração Pública, os quais estão pendentes de análise.

**1.5.1.** Por requerimento apresentado em 15.04.2021 registado sob o E/16979/2021 foi igualmente solicitada isenção de taxas do pedido objeto de análise, o qual deve ser analisado pelo serviço competente.



## 2. Instrução

O processo está corretamente instruído.

## 3. Legislação aplicável

**3.1.** A atividade objeto de instalação está sujeita às disposições do *regime jurídico a que ficam sujeitos a abertura, a modificação e o funcionamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde* aprovado pelo Decreto-Lei n.º127/2014, de 22 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º125/2019, de 28 de agosto, dependendo em consequência de pareceres favoráveis, vinculativos, da Autoridade de Saúde Pública Territorialmente Competente (Unidade de Saúde Pública de Braga) “(...) para efeitos da verificação das normas legais e regulamentares aplicáveis a unidades de saúde, em matéria de higiene e saúde” e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, “ (...) no que respeita a medidas de segurança contra riscos de incêndio nos termos do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º220/2008, de 12 de novembro, e do Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios, aprovado pela Portaria n.º1532/2008, de 29 de dezembro, sempre que a consulta não seja obrigatória no âmbito do procedimento municipal de controlo prévio”, conforme artigo 7.º, n.º2, alíneas a) e b) desse diploma (consultas no âmbito do RJUE).

**3.1.1.** O processo está instruído com pareceres favoráveis (condicionados) da **Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil** sobre o projeto SCIE (ofício ref.ºOF/2824/CDOS03/2019 de 29.01.2019) e da **Unidade de Saúde Pública de Braga** (ofício ref.º59/2021 de 19.03.2021).

## 4. Enquadramento Urbanístico

**4.1.** No Plano Diretor Municipal publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º201, em 14.10.2015, através do Aviso n.º11741/2015 o imóvel objeto de intervenção localiza-se em solo classificado como UI1 – Urbanizado – Equipamentos.



Imagem SIG

**4.2.** O edifício tem acesso pela Avenida de Sequeira, E.N. 101 sob a jurisdição da **Infraestruturas de Portugal, S.A.**

**4.2.1.** A operação urbanística localiza-se na *zona de servidão non aedificandi* estabelecida no artigo 32.º, n.º8, alínea d) da Lei n.º34/2015 de 27 de abril, diploma que aprovou o *novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional* (EERRN), tendo obtido parecer favorável, vinculativo, dessa entidade, transcrito em 9.

**4.3.** As obras de remodelação e ampliação são viáveis por respeitarem os parâmetros urbanísticos da classe de solo em presença e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à edificação.

**4.3.1.** De acordo com o artigo 75.º, n.º3, alínea d), a operação urbanística está sujeita a aprovação em reunião de câmara.

## **5. Análise regulamentar**

**5.1.** Conforme *Quadro Sinótico* é proposto ceder ao domínio público terreno com 306,00m<sup>2</sup>, destinado a arruamento, estacionamento e passeio. O terreno com a área de 1051,00m<sup>2</sup> resulta da referida cedência face ao terreno original com 1.357,00m<sup>2</sup>, não obstante a área registada seja inferior nomeadamente 1.300,00m<sup>2</sup>.

**5.2.** A declaração de responsabilidade do autor do projeto, nos termos do n.º8 do artigo 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

**5.3.** O plano de acessibilidades com representação da rede de espaços e equipamentos acessíveis está acompanhado de termo de responsabilidade do respetivo autor que atesta que a execução da operação urbanística se conforma com o Decreto-Lei n.º163/2006, de 8 de agosto, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, pelo que a câmara municipal fica igualmente dispensada da sua apreciação prévia de acordo com o artigo 3.º, n.º2, desse diploma, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º136/2014, de 9 de setembro.



## 6. Pareceres internos – Registo E/45709/2020

### 6.1. Divisão de Planeamento

Em 13.11.2020 a chefe da Divisão de Planeamento [redacted] informa:

#### Identificação da Pretensão e âmbito do pedido de parecer técnico

1. Solicita-nos a DGU pronúncia face à inserção em UI1.

#### Análise técnica

2. Analisado o pedido informa-se que apesar de ser obra isenta, dispõe o n.º 8 do artigo 6.º do RJUE que:

*8 - O disposto no presente artigo não isenta a realização das operações urbanísticas nele previstas da observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de planos municipais, intermunicipais ou especiais de ordenamento do território, de servidões ou restrições de utilidade pública, as normas técnicas de construção, as de proteção do património cultural imóvel, e a obrigação de comunicação prévia nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que estabelece o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional.*

3. O PDM em vigor dispõe que o programa dos equipamentos tem de ser aprovado em reunião de câmara, artigo 75.º, número 3 alínea d) do regulamento do PDM.
4. Não obstante o artigo 7.º do RJUE referir que deve a câmara municipal emitir parecer não vinculativo, creio, salvo melhor entendimento jurídico, que a mesma terá de se pronunciar sobre a disposição do artigo 75.º do regulamento do PDM.

#### Proposta de decisão

5. Remeta-se o processo à DM para emissão do parecer solicitado.

### 6.2. Divisão de Mobilidade

Em 23.11.2020 o técnico da Divisão de Mobilidade [redacted] informa:

Analisado o presente processo no âmbito das competências da Divisão de Mobilidade, entende-se pertinente efetuar as observações abaixo listadas.

1. A proposta consiste na construção de um novo edifício destino a um Equipamento de Saúde.
2. São criados 7 lugares de estacionamento em domínio público.
3. No interior da parcela, as Peças Desenhadas apontam a criação de 6 lugares de estacionamento. Porém, além de estes não estarem dimensionados de acordo com as Normas do I.N.I.R., surgem dois lugares que impedem o acesso aos restantes quatro.
4. O Estudo de Tráfego apresentado apresenta uma possibilidade de afluência de 38 utilizadores em simultâneo ao equipamento, 14 dos quais serão funcionários e os restantes utentes.
5. Torna-se assim previsível que o estacionamento existente, nas horas de maior afluência, seja altamente insuficiente.
6. As vias circundantes apontadas pelo Estudo de Tráfego como alternativas de estacionamento tratam-se de vias de duplo sentido, sem passeios, com larguras entre os 3m e os 6,5m, sensivelmente, pelo que não constituem reais opções de estacionamento, sendo esta uma solução sem qualquer tipo de qualidade urbana.
7. A ligação pedonal às paragens de autocarro mais próximas não é acessível (passeio interrompido, diferenças de nível em degrau, etc.) e, no que concerne à ligação à paragem no sentido periferia-cidade, apresenta até problemas de segurança, dada a largura reduzida da berma.



(...)

8. Pelo exposto, entende-se que o local não é adequado à instalação do equipamento em questão nas condições existentes.

9. Dada a irreversibilidade da situação, propõe-se as seguintes medidas de atenuação dos problemas mencionados:

9.1. Deverá ser produzido um Plano de Mobilidade que apresente medidas para a redução da utilização do automóvel nas deslocações ao Centro de Saúde, de utentes e funcionários, com monitorização periódica dos resultados e possíveis ajustes.

9.2. Deverão ser criados passeios que permitam a ligação segura e acessível às paragens de transporte público.

9.3. Deverá ser solicitada junto da Infraestruturas de Portugal a reconsideração das características físicas da EN103 entre o Nó de Cabreiros e as freguesias mais centrais do concelho de Braga, de forma a adaptá-la ao cariz cada vez mais urbano que esta apresenta, já que além dos inúmeros edifícios de habitação que têm surgido nas suas margens, tem-se verificado também o aparecimento de diversas zonas comerciais, empresariais e, como é o caso do atual, equipamentos. Este tipo de ocupação e atividades, sendo muitos eles de proximidade, despoletam inevitavelmente deslocações pedonais. Além disso, é pretensão do Município (a qual se enquadra em premissas nacionais e europeias) que, mesmo os fluxos de proveniências mais distantes que são gerados por algumas das atividades, como serão as empresas ou os estabelecimentos comerciais, sejam alvo de transferência modal, isto é, que passem a realizar-se em modos de deslocação mais sustentáveis, ambiental e espacialmente. Por conseguinte, é do interesse geral que esta via seja, o mais brevemente possível, reformulada, de forma a oferecer boas condições de deslocação pedonal, de transportes públicos e de bicicleta, devendo para isso promover-se a acalmia do tráfego, aumentar-se o número de passagens para peões, de preferência sobrelevadas, criar-se passeios contínuos, entre outros.

6.2.1. Em 24.11.2020 a chefe da Divisão de Planeamento (Arq. Filipa Corais) informa:

*"Concorda-se com a informação do técnico da DM. Ao Sr. Eng. Diretor."*

6.2.2. Em 27.11.2020 o diretor do Departamento de Planeamento e Ordenamento Territorial - DPOT (Eng.º Miguel Mesquita) informa: *"Concordo com a informação da DM"*.

### 6.3. Divisão de Património

Em 13.11.2020 a Divisão de Património anexa ao processo contrato de *Constituição de Direito de Superfície*, destinado à edificação de unidade de prestação de cuidados de saúde, celebrado em 04.07.2018, entre o município e o requerente sobre o prédio urbano destinado a edifício escolar, com a área coberta de 210m<sup>2</sup> e descoberta de 1090m<sup>2</sup>, descrito na Conservatória sob o n.º1375 e inscrito na matriz sob o artigo 683, nos termos das cláusulas que o integram e informa que *"(...) o direito de superfície está registado na conservatória a favor da ARS Norte, pelo que podem pedir a certidão"*.



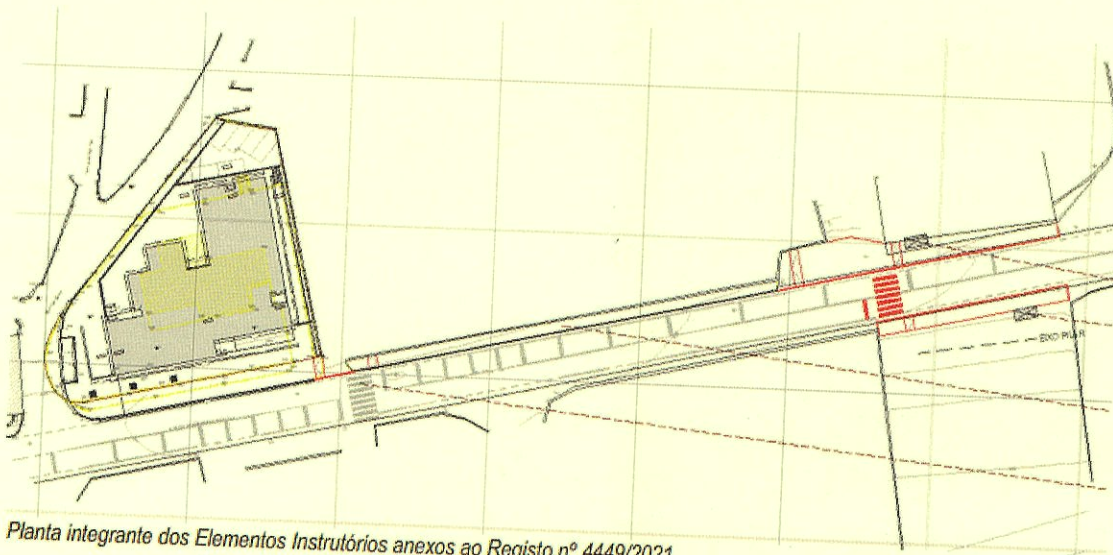
## 7. Parecer interno – Registo E/4449/2021

7.1. Em 04.02.2021 o técnico da Divisão de Mobilidade (Arq. Tiago Silva) informa:

*“Analisado o presente processo no âmbito das competências da Divisão de Mobilidade, entende-se pertinente efetuar as observações abaixo listadas.*

1. *A proposta de reformulação do espaço público nas imediações do local da pretensão dá resposta às questões previamente levantadas, criando um percurso pedonal contínuo e acessível entre as paragens de transportes públicos e o equipamento.*

2. *Não se dispensando a auscultação da I.P., no que concerne à Divisão de Mobilidade, considera-se que o pedido reúne condições para o deferimento.”*



Planta integrante dos Elementos Instrutórios anexos ao Registo nº 4449/2021.

7.1.1. Em 05.02.2021 a chefe da Divisão de Mobilidade   informa:

*Concorda-se com a informação do técnico da DM. Carece de parecer da IP. Ao Sr. Eng. Diretor*

7.1.2. Em 05.02.2021 o diretor do Departamento de Planeamento e Ordenamento Territorial - DPOT (Eng.º Miguel Mesquita) informa: *“Concordo com a informação da DM”.*

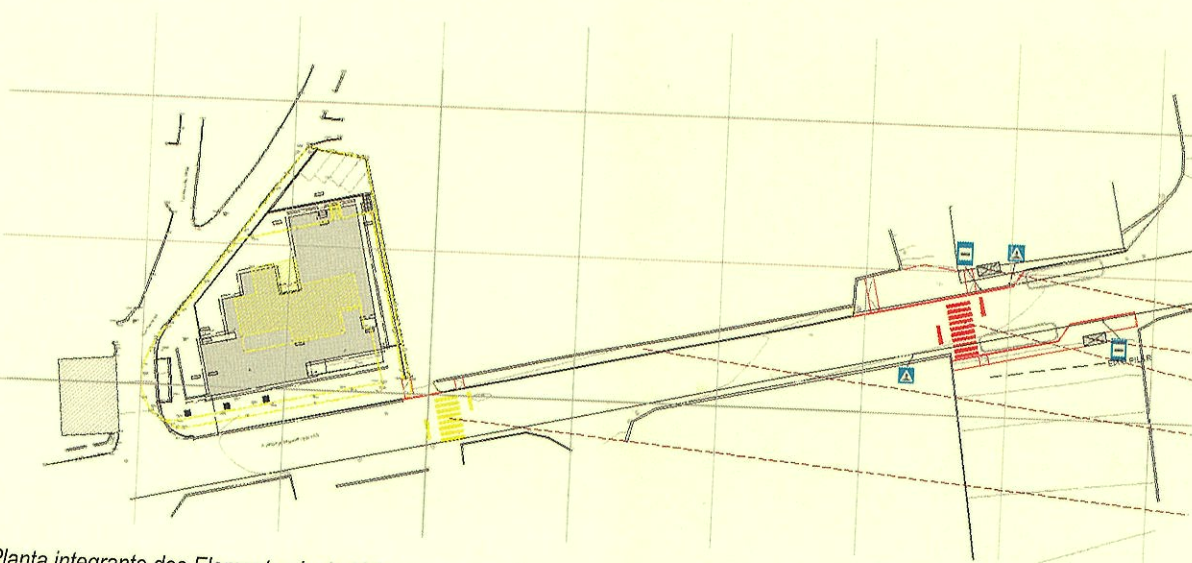


## 8. Parecer interno – Registo E/16735/2021

8.1. Em 23.04.2021 o técnico da Divisão de Mobilidade [redacted] informa:

*“ Analisado o presente processo no âmbito das competências da Divisão de Mobilidade, entende-se pertinente efetuar as observações abaixo listadas.*

- 1. Verificou-se que as alterações introduzidas decorrem de imposição das Infraestruturas de Portugal e consistem na criação de baias para os autocarros no local das paragens, em ambos os sentidos*
- 2. Considera-se a solução resultante aceitável, já que permite dar resposta ao desígnio de estabelecer ligações pedonais acessíveis entre as paragens e a Unidade de Saúde.*
- 3. Pelo exposto, considera-se que a pretensão reúne condições para o deferimento.”*



Planta integrante dos Elementos Instrutórios anexos ao Registo nº 16735/2021.

8.1.1. Em 30.4.2021 a chefe da Divisão de Mobilidade [redacted] informa:

*“ Concorda-se com a informação do técnico da DM. “*

## 9. Parecer da Infraestruturas de Portugal, S.A.

Ofício ref.ª2770BRG210318 de 29.03.2021 - **Parecer Favorável**

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	ANTECEDENTE	NOSSA REFERÊNCIA	SAÍDA /PROCESSO	DATA
processo	2021-03-17	1923BRG210225	2770BRG210318	2943003-007	2021-03-29

**Assunto:** Licença de arranjos exteriores na Extensão do Centro de Saúde de Sequeira E.N. 103 ao Km 34+249-LE

Fica por este meio notificado da intenção de deferimento pela Infraestruturas de Portugal, S.A. do pedido de licença/autorização referenciado em epígrafe, uma vez que as obras mencionadas têm enquadramento no estipulado no art. 51º e 55º da Lei n.º 34/2015, conjugado com o art.º 41 e 42º, que aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), nos termos do projeto aprovado e condições anexas.

A licença e/ou autorização, será emitida após aceitação das condições anexas, podendo ser levantada nesta Gestão Regional a partir do quinto dia útil da data de confirmação, ou enviada por correio registado, desde que seja solicitado.

## 10. Parecer da AGERE, E.M. – Ofício ref.ª S19886-202011-DE – Parecer favorável condicionado

### 11. Proposta

Face ao exposto propõe-se o deferimento da operação urbanística **condicionado à aprovação em reunião de câmara conforme artigo 75.º, n.º3, alínea d), do regulamento do PDM.**



Processo nº 2699/2020

Registo nº 16735/2021

Requerente: Ars Norte - Administração Regional de Saúde Norte,

Local da Obra: Avenida de Sequeira - Sequeira

Nº Informação: 26818/2021

Data: 23/04/2021

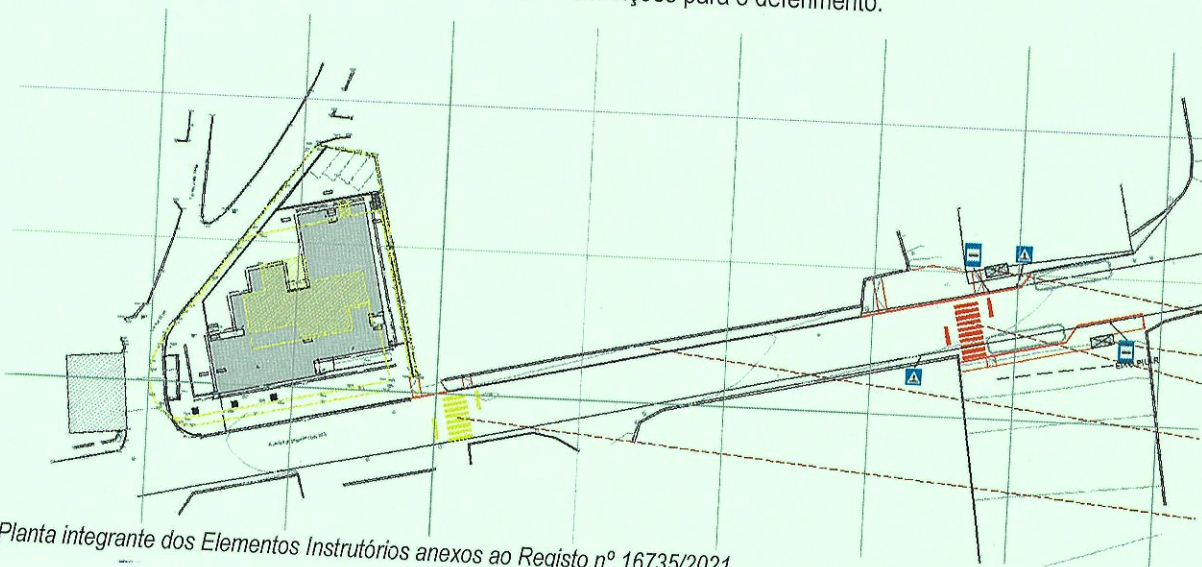
Unidade Orgânica: Divisão de Mobilidade

Técnico Responsável: [Redacted]

### Informação Técnica

Analisado o presente processo no âmbito das competências da Divisão de Mobilidade, entende-se pertinente efetuar as observações abaixo listadas.

1. Verificou-se que as alterações introduzidas decorrem de imposição das Infraestruturas de Portugal e consistem na criação de baías para os autocarros no local das paragens, em ambos os sentidos.
2. Considera-se a solução resultante aceitável, já que permite dar resposta ao desígnio de estabelecer ligações pedonais acessíveis entre as paragens e a Unidade de Saúde.
3. Pelo exposto, considera-se que a pretensão reúne condições para o deferimento.



Planta integrante dos Elementos Instrutórios anexos ao Registo nº 16735/2021.